



Guia Interativo de como Celebrar Acordos de Cooperação Técnica na Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

Izana Coelho Magno do Espirito Santo

Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA / izanamagno@gmail.com

Mayco de Castro Dias

Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA / maycodias@gmail.com

Ivana Ribeiro Drago

Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA / ivana.drago@ufra.edu.br

Marcelo da Costa Borba

Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA / marcelodcborba@gmail.com

RESUMO:

Este Artigo apresenta uma proposta de produto técnico voltado à padronização e simplificação dos procedimentos de celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), buscando articular o produto com a agenda 2030 e o ODS 17, pois é um tema de relevância para a melhoria da governança da gestão de parcerias e da eficiência administrativa da Universidade, podendo ser utilizado por outras Instituições, contribuindo para o fortalecimento de parcerias entre universidades, governo e sociedade. A proposta de um guia prático, digital e de livre acesso para orientar docentes e unidades demandantes quanto as dúvidas recorrentes enfrentadas no momento da instrução processual, levando em consideração a burocracia e o elevado número de processos mal instruídos por falta de padronização que resulta em atrasos e algumas vezes até a desistência de continuar com o processo de parceria. O guia se apresenta como um produto aplicado e centraliza informações sobre legislações, minutas e checklist em formato visual, dinâmico e acessível, visando mitigar dúvidas e o tempo de tramitação, bem como, fomentar novas parcerias estratégicas. ACT é uma estratégia que as Instituições utilizam para estabelecer uma relação de parceria e de colaboração mútua, é um instrumento pensado em buscar soluções práticas entre os partícipes. Alguns docentes da UFRA não institucionalizam parcerias em virtude de alguns obstáculos, um deles é o tempo de tramitação e as diversas normas relacionadas a parcerias que acabam sendo uma barreira. O fato é que esse cenário precisa ser transformado, e os docentes precisam desmistificar que celebrar parcerias é algo muito complexo, pensando nisso, acredita-se que a criação de um guia prático possa auxiliá-los no momento da instrução processual, um guia que contenha informações, dicas, links, legislações, minutas checklist num só lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Guia Prático, Acordo de Cooperação Técnica e Universidade Federal Rural da Amazônia.



1 Introdução

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) teve início em 23 de dezembro de 2002. Sua origem foi a partir da transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP). Desde sua criação, a UFRA vem trabalhando com o propósito de ser referência nacional e internacional, buscando o reconhecimento como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil.

Ao longo dos anos, a UFRA tem investido na expansão universitária, com a criação de novos cursos e a instalação de campi em regiões estratégicas do Estado. A instituição tornou-se referência em ciências agrárias na Amazônia, na Região Norte, no Brasil e no exterior, destacando-se pela formação de pessoas, pelas pesquisas e pela troca de conhecimento (PLAIN, 2014–2024).

No planejamento estratégico institucional (PLAIN), a UFRA reconhece a política de cooperação como uma fragilidade interna. Por isso, a cultura de cooperação precisa ser fortalecida para transformar essa fraqueza em uma força de desenvolvimento institucional. Essa transformação pode ocorrer por meio de ações de parcerias nacionais e internacionais e pela participação em redes de colaboração, visto que a prática de cooperação ainda é tímida na Universidade.

Os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) representam uma das principais formas de parceria entre instituições de ensino e pesquisa. Eles podem ser concretizados de diferentes maneiras, como a oferta de bolsas de estudo, a mobilidade acadêmica de professores, estudantes e técnicos, além da execução conjunta de projetos de pesquisa com parceiros nacionais e internacionais.

No âmbito da cooperação internacional, atualmente apenas 12 parcerias estão vigentes, enquanto, no cenário nacional e regional, a UFRA mantém 15 parcerias em andamento. Esse panorama revela a necessidade de um olhar mais atento ao processo de celebração de novas parcerias, uma vez que a cooperação constitui uma ferramenta estratégica para o fortalecimento institucional e para o desenvolvimento da Universidade.

A UFRA é a única Universidade Federal de Ensino Superior especializada em Ciências Agrárias da Região Norte e, considerando sua localização geográfica, possui grande potencial para fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão. Por essa razão, é constantemente demandada a celebrar novas parcerias que fomentem projetos voltados ao desenvolvimento regional e sustentável.

No entanto, para celebrar novas parcerias, é necessário que os docentes interessados em atuar como coordenadores formalizem processos administrativos na Universidade.

Embora essa atividade pareça simples, muitos coordenadores relatam dificuldade em distinguir entre um Acordo de Cooperação Técnica, um Convênio ou um Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ou Protocolo de Intenções e preencher a minuta correta. Essa distinção é fundamental para evitar erros processuais que podem atrasar ou inviabilizar a formalização de parcerias.



Cabe ressaltar que ainda não há uma política de cooperação institucionalizada na UFRA. Existem, contudo, unidades administrativas que atuam diretamente nesse processo, como a Diretoria de Contratos e Convênios (DCC) e a Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional (ACII). Apesar de haver Instruções Normativas com orientações sobre os procedimentos burocráticos, essas informações ainda não são suficientes para sanar todas as dúvidas dos interessados durante a instrução processual.

Diante da concepção de complexidade do processo de parcerias, é fundamental que docentes e técnicos conheçam os trâmites que o processo percorre até o momento da assinatura. Considerando as dificuldades enfrentadas, especialmente por docentes que atuam em campi distantes e possuem menos acesso direto aos setores administrativos, propõe-se a criação de um guia prático, com linguagem simples e orientações objetivas, para tornar o processo de celebração de acordos mais eficiente e acessível.

Colaborar com os interessados na formalização de parcerias e mitigar as dificuldades enfrentadas durante os trâmites burocráticos contribui para o crescimento institucional da UFRA. Além disso, o fortalecimento das parcerias tende a aumentar a visibilidade da Universidade, atrair novos parceiros e gerar novas oportunidades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a troca de conhecimento e a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Santos *et al.* (2023) questionam se as universidades e empresas estão realmente preparadas para gerir parcerias de forma eficiente. Essa reflexão deve ser respondida por meio de experiências práticas de cooperação, que permitam identificar melhorias no processo de gestão e aperfeiçoar o modelo de relacionamento institucional entre as universidades e seus parceiros.

2 Diagnóstico da Situação

Cooperação é uma alternativa que as organizações utilizam para alcançar seus objetivos institucionais, sendo uma maneira de otimizar seus serviços, por meio estratégico de colaboração, onde as ações do coletivo, com o compartilhamento de conhecimento se apresenta como um mecanismo para superar os obstáculos do cotidiano, obtendo vantagem aos envolvidos e as instituições parceiras. Reforçando o conceito de Cooperação é uma relação baseada entre indivíduos ou organizações, desse modo, a cooperação é uma resposta que as organizações públicas e privadas encontram para alcançar objetivos que seriam difíceis de alcançar de maneira isolada (Frias, Siqueira, Filho, & Fernandes, 2021).

A Universidade detém os meios de conhecimento e inovação, os parceiros possuem os meios de oferecer a Universidade o campo de atuação para aplicação da prática dos conhecimentos teóricos, portanto, a universidade deve celebrar parcerias que tenha objetivos de formar futuros profissionais, assim, a prática de colaboração surge no momento em que os partícipes visualizam vantagem na celebração de nova parceria (Santos, Lacerda, & Barbosa, 2023).

Segundo afirma Abreu (2013), o Brasil registra sua primeira iniciativa em parcerias a nível Internacional, nos anos de 1950, com a criação da Comissão Nacional



de Assistência Técnica (CNAT), dentre as competências estava a de estudar a participação do Brasil em programas de Assistência das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, as primeiras ações de cooperação no sentido de estruturar as instituições públicas e entidades nacionais especializadas em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da economia do Brasil.

Em virtude das vantagens obtidas por meio da Cooperação, instituições de todo o mundo passaram a adotar políticas públicas para fomentar o desenvolvimento da cultura colaborativa (Verschoore & Balestrin, 2008, como citado em Frias *et al.*, 2021). Os benefícios que o Brasil recebeu em virtude da cooperação de outros países nos últimos sessenta anos, foram muito importantes para o desenvolvimento do país, pois proporcionou não apenas a transferência de conhecimento para as instituições públicas, mas também o desenvolvimento de programas inovadores na área ambiental e econômica (Abreu, 2013).

Santos *et al* (2023) traz a visão de que o futuro será formado com ideias mais coletivas, baseando-se nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável-ODS, mais especificamente o ODS 17 que tem por finalidade “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”.

A ideia de cooperação entre países deu início em 1919, a partir da criação da Liga das Nações, a cooperação foi pensada como instrumento para manter a paz e a segurança entre os países, principalmente após a II Guerra Mundial, pois havia a necessidade de fazer ações mais concretas para reconstruir os países que foram afetados pelo conflito, e havia também a necessidade de promover o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento. (Abreu, 2013).

A Agenda de ODS 2030 define a Cooperação Internacional como um ato de mútua ajuda entre dois ou mais Estados - Nação para a finalidade de um objetivo comum, que pode ser das mais diversas espécies: políticos, culturais, estratégicos, humanitários e econômicos. Uma das metas do ODS 17 é incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

A importância do fortalecimento da Cooperação voltada para o desenvolvimento Institucional está diretamente relacionada ao Objetivo Desenvolvimento Sustentável 17, que trata sobre fortalecer os meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável (Agenda ODS 2030).

Reforçando a importância das parcerias envolvendo Universidades para o alcance dos ODS, Leal Filho *et al* (2003), afirma que o estabelecimento de parcerias entre universidades e comunidades pode apoiar significativamente a implementação de iniciativas relacionadas à sustentabilidade como um todo e ajudar a concretizar alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Em todo o mundo, parcerias entre partes interessadas tornaram-se um importante mecanismo de implementação de programas sociais, econômicos, culturais, ambientais, de gestão de crises e/ou prevenção de conflitos. No contexto dos desafios complexos, intrincados e imprevisíveis que sustentam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Observa-se que as Universidades empenham um papel fundamental para criação de parcerias que são responsáveis por buscar soluções inovadoras para problemas que somente a figura do Estado não consegue solucionar. Conforme Santos (2023), as Universidades tradicionalmente têm a missão de romper barreiras do conhecimento, por meio de pesquisas acadêmicas e assim, formar estudantes.

Beer *et al* (2025), enfatiza que o papel da universidade é facilitar a mudança na sociedade, envolvendo-se efetivamente com stakeholders externos para abordar questões complexas e os problemas do mundo real. Beer *et al*, reforça que parcerias relacionam diversas partes interessadas que não se configuram como acadêmicas, por exemplo, o setor empresarial, o setor político, a administração, a sociedade civil e profissionais individuais.

As Universidades precisam gerir as atividades de Cooperação de maneira que o processo ocorra de forma mais natural possível, portanto, é importante que exista uma política institucional com objetivo de agilizar e minimizar os efeitos ocasionados pela burocracia que existem, principalmente no âmbito das organizações públicas. Reforça ainda que para uma boa gestão, é preciso ter atenção direcionada a potenciais tecnológicos e questões éticas que estão relacionadas à celebração de parcerias (Santos, Lacerda, & Barbosa, 2023).

Há várias vertentes que podem contribuir para o insucesso de uma cooperação, além das dificuldades de gestão organizacional há também a falta de confiança entre os parceiros ou até mesmo um ambiente desfavorável pode contribuir para o fracasso de uma cooperação. Ressalta-se que no contexto da cooperação, seja com ente público ou privado, cada parceiro mantém sua individualidade e autonomia, participando das decisões e dividindo os benefícios que são alcançados por meio da cooperação (Wegner & Padula, 2012).

Naturalmente as Universidades são instituições que se ligam diretamente com o progresso, e as pessoas são as responsáveis por fazer tais mudanças ocorrerem para melhor, as Universidades são consideradas um tesouro para organizações e comunidade, pois elas podem formar capital humano qualificado, inovações tecnológicas e uma visão positiva para o futuro, portanto, as Universidades são fontes de vantagem para comunidade e estão se tornando cada vez mais estratégicas para alcançar seus objetivos. (HINÿEA, 2024)

Conforme Abreu (2013) a possibilidade de trocar experiências e conhecimentos, materializada na cooperação entre os povos de fato beneficiam não somente os que recebem o conhecimento, mas também beneficia aquele que se dispõe em cooperar, pois nessa seara não parceiro que saiba tanto que não tenha algo para aprender e nem algo a ensinar, portanto, a cooperação em função do empenho dos envolvidos, demonstram que é possível realizar atividades de âmbito socioeconômico mesmo em cenários desafiadores, desde que haja disposição e vontade política.

Portanto, ultrapassar os muros da UFRA e levar o conhecimento em pesquisas, ensino e extensão, mesmo em cenários desafiadores, é uma das formas que a Universidade tem de dar retorno à sociedade, que tanto precisa de pesquisas e produtos técnicos que tragam respostas dos investimentos aplicados na Universidade.

“Para ter uma parceria de sucesso, as universidades precisam avaliar suas próprias



ações e perspectivas. Não podemos pedir que os outros nos valorizem sem investir fortemente em nosso próprio desenvolvimento estratégico em vários níveis (HINÿEA, 2024)”

3 Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo fundamentou-se em uma pesquisa qualitativa, aplicada ao estudo de caso da UFRA, com a criação de um produto técnico-tecnológico em formato de guia interativo. O objetivo principal é propor uma ferramenta capaz de auxiliar os docentes da UFRA na compreensão e execução correta dos procedimentos administrativos necessários à celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), contribuindo para uma gestão de processos mais eficiente.

Após análise prévia sobre o quantitativo de parcerias que foram finalizadas e as parcerias que ficaram apenas nas tratativas iniciais, percebeu-se que o número de parcerias que não avança eram significativo, após um contato prévio com os docentes responsáveis pela possível parceria, constatou-se a necessidade de mitigar as dificuldades burocráticas relatadas pelos docentes.

Nesse sentido a pesquisa foi desenvolvida em três fases complementares, estruturadas de forma a abranger desde o diagnóstico das dificuldades enfrentadas até a validação do produto final. Essa abordagem possibilitou identificar gargalos no processo de tramitação, compreender as causas das dúvidas recorrentes e propor uma solução prática que otimizasse a comunicação entre os coordenadores e as unidades administrativas envolvidas.

Na primeira fase, denominada diagnóstica, foi realizada uma análise detalhada dos documentos que embasam juridicamente o ACT, como leis, decretos, portarias e instruções normativas. Também nessa fase, foram mapeadas as principais dúvidas e dificuldades relatadas pelos coordenadores durante a orientação para formalização de parcerias, o que permitiu compreender os pontos críticos do processo e as necessidades de aprimoramento.

A segunda fase correspondeu à elaboração e estruturação do guia interativo, concebido para ser de fácil acesso, linguagem clara e formato intuitivo. O conteúdo foi organizado de modo a oferecer explicações objetivas sobre os trâmites processuais, as diferenças entre os instrumentos jurídicos e os setores responsáveis por cada etapa. Dessa forma, o guia busca tornar a compreensão mais acessível, em contraste com a linguagem técnica e formal das Instruções Normativas.

Por fim, a terceira fase consistiu na criação do guia prático, como produto técnico, essa etapa teve o intuito de verificar sua eficiência e usabilidade entre os docentes, avaliando se o material realmente auxilia na identificação da natureza da parceria, na escolha do instrumento jurídico adequado, na utilização das minutas oficiais e na compreensão dos prazos e fluxos de tramitação até a assinatura final do acordo entre as partes.

Dentro do guia, existe um link que direcionam os professores diretamente para o portal da CGU para que tenham acesso às minutas oficiais e atualizadas. Foi disponibilizado também um modelo de minuta previamente preenchida que servirá como referencial, haverá ícones com informações importantes como os documentos



obrigatórios para correta instrução processual, dicas das diferenças entre os instrumentos jurídicos e as leis correspondentes, checklists, visando sempre a melhoria de processos, conta com um espaço para envio de elogios e sugestões de melhoria, com o objetivo de promover o aprimoramento contínuo do guia.

Após a aprovação do guia pelos gestores das unidades envolvidas no processo de parcerias na UFRA, o documento será enviado via e-mail para todos os docentes da UFRA, para ampla divulgação e o mesmo será disponibilizado no site da unidade para acesso livre dos interessados.

4 Análise da situação-problema e discussão das possíveis

O Guia prático consiste na melhoria da Instrução Normativa que disciplina o processo de como celebrar Acordo de Cooperação Técnica. Ressalta-se que existem diversos tipos de instrumentos jurídicos que podem ser utilizados para celebrar uma parceria interorganizacional, tais como Convênios, Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Intenções e Parcerias para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. No entanto, este guia foi elaborado com foco nos docentes que pretendem celebrar Acordos de Cooperação Técnica ou Protocolos de Intenções, seja em âmbito nacional ou internacional.

Essas modalidades foram priorizadas por não envolverem repasse de recursos financeiros, sendo justamente o tipo de parceria cuja tramitação é acompanhada pela Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional (ACII). Já as parcerias que preveem repasse de recursos, como os Convênios, possuem gestão e acompanhamento realizados por outra unidade técnica da UFRA.

Um processo de parceria bem instruído reduz o tempo de análise dos documentos, evita que o processo seja devolvido para unidade demandante por falta de documentos obrigatórios. Nesse sentido, traz celeridade ao processo, otimiza o tempo de análise técnica das unidades envolvidas, como por exemplo, a ACII, DCC, Reitoria, Pró-reitoras e Procuradoria Federal, reduz o número de diligências ao coordenador, agrega valor a marca da UFRA junto aos parceiros, fomenta o número de parcerias entre a UFRA e os parceiros.

Ao tramitar uma parceria sem que haja muitas diligências para os interessados sanarem, agrega valor a Instituição e os parceiros criam uma imagem positiva da UFRA. A intenção é deixar o processo mais fácil, ágil, simples e dinâmico, fomentando o interesse dos docentes em buscar novos parceiros para a Universidade.

Evitando que as novas parcerias fiquem somente nas tratativas e não avancem para a culminância de assinaturas e evitando que os coordenadores instruem processos com minutas de parceria de natureza diferente e em desacordo com a legislação, como por exemplo, preencher minuta de Convênio quando a parceria tratar-se de Acordo de Cooperação Técnica.

Esses dois instrumentos, por terem a natureza muito próxima, são facilmente confundidos pelos docentes, no entanto, como observa-se, que são modalidades de parceria diferentes, com legislação e minuta própria.

O Guia Prático de Celebração de Parcerias na UFRA será uma ferramenta importante para que o interessado visualize, de forma mais clara e lúdica, as



recomendações estabelecidas na UFRA.

O material elaborado com ícones ilustrativos, links diretos para as minutas oficiais da CGU, notas informativas, dicas e exemplos práticos, a fim de facilitar o entendimento sobre como preencher as minutas de Acordos de Cooperação Técnica, seguindo as recomendações da PROAF.

A proposta é tornar o processo de formalização de parcerias visualmente mais simples, evitando o uso de uma linguagem excessivamente técnica, que muitas vezes dificulta a compreensão — especialmente para docentes que estão celebrando parcerias pela primeira vez e ainda não conhecem o trâmite burocrático envolvido.

O guia não terá custos para a Universidade, em virtude de ser em formato digital e elaborado internamente pela ACII. Além disso, poderá servir de modelo para a criação de outros guias, voltados a facilitar a compreensão de documentos técnicos institucionais.

A necessidade de um guia para auxiliar os coordenadores, se deu por meio das recorrentes dúvidas quanto aos procedimentos, a natureza do instrumento, o preenchimento das minutas e o prazo para assinatura do acordo, que os docentes apresentavam durante as orientações prévias e encaminhamento dos documentos necessários para instruir o processo, apesar de receberem orientações, os processos apresentavam ausências de informações e documentos importantes para análise técnica.

Nesse sentido, o guia será constantemente atualizado de acordo com as sugestões dos docentes e técnicos de outras unidades envolvidas na análise do processo de parceria, baseando-se nas experiências de cada servidor que trabalha diretamente com análise de processos de acordos de cooperação técnica. Para facilitar o entendimento foi elaborado um protótipo que servirá como esboço inicial para ajustes conforme a necessidade.

5 Contribuições da proposta

A Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional (ACII) da UFRA será a responsável pela divulgação e atualização do guia, que será ajustado periodicamente após o feedback dos coordenadores. Sempre após a atualização do guia, a ACII será a responsável pela publicidade e envio do guia aos docentes da UFRA.

Como indicadores de resultados o Guia terá como indicador de processos e resultados a redução do tempo de tramitação de processos em 20% após 01 ano de implementação do guia; outro indicador será a diminuição de devoluções em virtude de ausências de documentos em 30% após 01 ano de implementação do guia e o aumento da transparência do fluxo processual e a mitigação de dúvidas recorrentes em até 50%.

As evidências que o guia cumpriu com o propósito será avaliado por meio do aumento no número de ACT's celebrados na Universidade; da participação dos interessados no processo de melhoria do guia; o Feedback dos coordenadores quanto a satisfação e utilidade do guia; números de Coordenadores usando o guia como auxílio e Processos de Acordo de Cooperação Técnica bem instruídos.

No intuito de visualizar a aplicabilidade do guia, será apresentado a ferramenta de gestão 5W2H.



Quadro 1: Ferramenta de Gestão 5W2H aplicado para o Guia

WHAT? (O quê?)	WHY? (Por quê?)	WHERE? (Onde)	WHEN? (Quando?)	WHO? (Quem?)	HOW? (Como?)	HOW MUCH? (Quanto?)
Um Guia Prático de Celebração de ACT	Auxiliar docentes e interessados em fazer Acordos	Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA	O guia será implantado no 1º semestre de 2026	Técnicos e coordenadores de ACT	Divulgar no site da ACII enviando aos docentes da UFRA	O guia não terá custos para UFRA

Fonte: Elaboração dos próprios autores (2025)

Com a implementação do **Guia Prático de Celebração de Parcerias**, espera-se fortalecer a cultura de cooperação na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), promovendo maior entendimento sobre os procedimentos administrativos e jurídicos relacionados aos Acordos de Cooperação Técnica (ACT). O guia deve atuar como instrumento de orientação acessível, contribuindo para que docentes e técnicos compreendam, de maneira didática, cada etapa do processo de celebração.

Além disso, almeja-se ampliar o número de parcerias formalizadas, promover maior integração entre docentes e setores administrativos e consolidar a imagem da UFRA como instituição de referência em cooperação técnica e científica, nacional e internacionalmente.

Entre os resultados mais imediatos, projeta-se a redução do tempo médio de tramitação dos processos de parceria, estimada em 20% no primeiro ano de adoção do guia, conforme previsto nos indicadores definidos na etapa de validação. Essa otimização poderá ocorrer pela diminuição de diligências e retrabalhos, resultantes de processos mal instruídos, que hoje representam uma das principais causas de atraso na formalização dos ACTs.

Outro resultado alcançado é a diminuição das devoluções processuais em aproximadamente 30%, decorrente da ausência de documentos obrigatórios ou de erros no preenchimento das minutas. A padronização das informações e a disponibilização de modelos orientadores facilitam a análise técnica pelas unidades responsáveis, especialmente a Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional (ACII) e a Diretoria de Contratos e Convênios (DCC).

Espera-se também um aumento da transparência e da eficiência institucional, com a centralização das informações em um único material. O guia permitirá que os docentes acompanhem de forma mais clara o fluxo de tramitação, compreendendo os prazos, etapas e responsabilidades de cada setor envolvido. Essa clareza tende a fortalecer o vínculo de confiança entre a gestão universitária e a comunidade acadêmica.

Além disso, o produto técnico poderá servir como modelo replicável para outras áreas da Universidade, fomentando uma cultura de documentação acessível e linguagem administrativa simplificada. Essa replicabilidade contribuirá para a consolidação de uma política institucional de cooperação, alinhada às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PLAIN, 2014–2024) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 17), que ressaltam a importância das parcerias para



o fortalecimento institucional e o desenvolvimento sustentável.

Por fim, espera-se que o guia impacte positivamente o desempenho dos docentes coordenadores de parcerias, estimulando o engajamento e a busca por novos parceiros nacionais e internacionais. Assim, a UFRA poderá ampliar sua rede de colaboração, promover mais projetos conjuntos e consolidar-se como referência em cooperação técnica na Região Amazônica.

Referências

Abreu, F. J. M. de. (2013). *A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil*. Brasília, DF: Agência Brasileira de Cooperação.

Beer, D. L., Graf, V., Kashlan, B., Nölting, B., & Roose, I. (2025). How practitioners negotiate and balance their goals for regional sustainability transformation in collaborations with universities. *Review of Regional Research*, 45(1), 1–27. <https://doi.org/10.1007/s10037-025-00233-3>

Brasil. (2014). *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm

Brasil. (2016a). *Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016*. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República.

Brasil. (2017). *Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm

Frias, R. P. C., Siqueira, R. da C., Xavier Filho, J. L. J., & Fernandes, N. M. (2021). Cooperação interorganizacional: contribuições para o alcance da missão de uma instituição federal de ensino. *Revista Gestão e Sociedade*, 15(42), 4287–4310. <https://doi.org/10.21171/ges.v15i42.3497>

Hinĵea, C. E. (2024). Universities and communities: The need for a real strategic partnership. *Transylvanian Review of Administrative Sciences, Special Issue 2024*, 41–46. <https://doi.org/10.24193/tras.SI2024.6>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (2018). *ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030*. Brasília, DF: Ipea. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

Leal Filho, W., et al. (2023). Mapping universities–communities partnerships in the delivery of the Sustainable Development Goals. *Frontiers in Environmental Science*, 11, 1–15. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2023.1246875>

Santos, A. S. dos, Lacerda, C. T. de, & Barbosa, M. de S. (2023). A importância da cooperação universidade-empresa na formação do profissional. *Rebena – Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, 5, 254–268. Recuperado de <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/89>

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). (2015). *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014–2024*. Belém, PA: UFRA. Recuperado de <https://www.ufra.edu.br>



Wegner, D., & Padula, A. D. (2012). Quando a cooperação falha: um estudo de caso sobre o fracasso de uma rede interorganizacional. *Revista de Administração Mackenzie*, 13(1), 145–171.